

DESAFIOS DA AUTOGESTÃO EM SEGMENTOS DE TRABALHADORES PRECÁRIOS: cooperativismo de catadores em Maceió, Alagoas

Área temática: tecnologia e trabalho

Rosina Pérez Menafrá¹

1 Universidade Federal de Rio de Janeiro- PPGSA / SOLTEC -
perezmenafrá@gmail.com

Resumo

O trabalho aborda a experiência de duas cooperativas de catadores de Maceió, a COOPVILA e a COOPREL, para refletir sobre os desafios que enfrenta a constituição de empreendimentos de gestão coletiva em segmentos de trabalhadores sem experiência anterior de participação e associação. Nos últimos anos, as cooperativas de catadores foram estimuladas e fomentadas através de políticas públicas variadas, e de uma legislação favorável que promoveu avanços significativos no setor da reciclagem. As cooperativas são visualizadas como ferramentas de inserção social que oferecem melhores condições de trabalho e aumento de renda a trabalhadores que exercem uma atividade fundamental do ponto de vista do meio ambiente, mas que paradoxalmente trabalham em condições extremamente precárias e de risco para sua saúde e integridade física e social, numa cadeia produtiva injusta que os segrega da maior parte dos lucros obtidos. Neste artigo apresentamos resultados de pesquisa empírica sobre as transformações no contexto de atuação dos catadores e seu impacto na experiência de trabalho em cooperativas, levando em consideração a forma em que os trabalhadores vivenciam essas transformações.

Palavras-chave: Cooperativismo de catadores de materiais recicláveis, Autogestão, Trabalho associado

Introdução

Esta comunicação busca fazer uma discussão sobre os desafios que enfrenta o cooperativismo de catadores de materiais recicláveis a partir da abordagem de experiências de trabalhadores que coletam recicláveis de forma organizada em Maceió, capital do estado de Alagoas. Explora de que forma as transformações no contexto de atuação dos catadores se traduzem na sua experiência no trabalho. Usamos o conceito no sentido dado por Dubet (1996) como construção –individual ou coletiva- do sentido das práticas e condutas, no seio de uma multiplicidade de princípios de ação, em concordância com um percurso biográfico ou trajetória social específica.

O artigo apresenta resultados de uma pesquisa empírica realizada em Maceió em 2010, no marco do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas¹³, numa cooperativa de catadores da cidade, a COOPREL. De forma complementar, usa informações e materiais coletados ao longo da experiência de trabalho num projeto de fortalecimento de outra cooperativa de catadores durante quase três anos, a COOPVILA, conformada por trabalhadores que atuavam no antigo lixão da cidade, desativado em Maio de 2010¹⁴.

De modo geral, é possível afirmar que a atividade nas cooperativas implica num conjunto de transformações significativas na rotina de trabalho dos catadores, se comparada ao trabalho desempenhado anteriormente, na sua maioria como catadores nas ruas ou no lixão. O caráter coletivo desse espaço de trabalho supõe uma série de regras, dinâmicas e relações sociais novas, que modificam a experiência de trabalho em três eixos fundamentais: novas relações derivadas do aumento de complexidade do processo produtivo, da necessidade de gestão e planejamento e das interações com instituições que se aproximam da cooperativa: empresas, instituições estatais e Terceiro Setor. Isso modifica as relações entre os catadores e as definições que realizam do trabalho e do seu lugar na cooperativa. O novo contexto demanda respostas que nem sempre formam parte do repertório de práticas e condutas dos trabalhadores, ou que

¹³A dissertação se intitula “Cooperativismo em setores de baixa renda em Alagoas. Desafios na constituição de espaços públicos associativos em contextos de desigualdade social”.

¹⁴O projeto “Catadores, Vida e Cidadania”, objeto de convênio entre o Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu e o Fundo Nacional de Meio Ambiente entre 2007 e 2012, previa o apoio da cooperativa a partir de ações de e acompanhamento da gestão, capacitação, aquisição de equipamentos e infraestrutura.

provocam a reformulação e ressignificação de velhas referências e relações. Assim, a experiência anterior se vê interpelada ou problematizada, podendo criar tensões e conflitos que se manifestam no grupo e na subjetividade dos trabalhadores.

Para abordar estas questões, o artigo se estrutura da seguinte maneira: apresenta num primeiro momento um panorama das principais transformações atravessadas pela atividade da reciclagem nos últimos anos e as mudanças que o trabalho em cooperativas supõe do ponto de vista das relações e dinâmicas de trabalho para os catadores. Posteriormente aborda a experiência dos catadores a partir da análise de entrevistas realizadas em 2010 na COOPREL, e de informações e resultados de trabalhos técnicos produzidos no Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu entre 2010 e 2012. Para finalizar propõe algumas reflexões sobre políticas públicas de inclusão de catadores como ferramenta de combate às desigualdades sociais.

1. Contextualização geral da atividade dos catadores: cadeia produtiva da reciclagem, políticas públicas e articulação política

Seguindo estimativas do IPEA (2013) a partir de dados do último Censo Demográfico (2010) no Brasil 387.910 pessoas declararam exercer como atividade principal a coleta e comercialização de materiais recicláveis. Esses dados podem estar abaixo do quantitativo real em função de uma possível sub-declaração, mas de qualquer forma mostram um alto número de trabalhadores dedicados à atividade. Estimativas anteriores (IPEA, 2012) realizadas a partir da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008, mostravam que aproximadamente 30.000 catadores formam parte de 1.175 cooperativas e associações ou seja, menos de 8% do total de catadores trabalham de forma associada.

O trabalho realizado pelos catadores atende a demanda da indústria recicladora de papel, papelão, vidro, metais e plástico, por materiais descartados para sua reincorporação ao ciclo produtivo como matéria prima. Configuram-se neste sentido como “trabalhadores emergentes da sociedade de industrialização avançada e de consumo de massa” (STROH, 2009: 15) que transformam resíduos em mercadorias com seu trabalho, constituindo a base de uma cadeia produtiva de grande crescimento e

lucratividade nos últimos 30 anos¹⁵. O crescimento verificado responde principalmente ao esforço dos catadores que com seu trabalho contribuem com aproximadamente 90% dos materiais coletados para reciclagem (IPEA, 2012).

Na atualidade, os catadores conformam a base de uma cadeia produtiva, que pode ser representada graficamente como uma pirâmide, cujo vértice é ocupado pela indústria de transformação, que recicla papel, metal, plástico e vidro. Entre a base e o topo, existem uma série de agentes atuando como intermediários (depósitos, sucatas e ferros velhos) que se apropriam junto da indústria da maior parte dos lucros. Além das recicladoras, dos intermediários e catadores, um outro agente participa da cadeia da reciclagem: o poder público municipal, que se ocupa (seguindo competências estabelecidas na Constituição brasileira de 1988) da gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, o que inclui a coleta seletiva de materiais recicláveis. No entanto, embora existam iniciativas pontuais de investimento em programas de coleta seletiva na fonte geradora, poucas Prefeituras consolidaram programas efetivos antes de 2010. Dados do IPEA (2010) indicam que somente 2,4% do total de serviços de coleta do país são realizados de forma seletiva.

O trabalho dos catadores consiste em coletar, selecionar, separar, acondicionar, transportar e em ocasiões beneficiar os materiais recicláveis comercializáveis, na maior parte das vezes sem apoio por parte das Prefeituras. A atividade pode ser realizada seguindo diferentes modalidades: através da coleta e classificação dos materiais descartados pós-consumo nas ruas ou nos lixões, ou já separados na fonte geradora (residências, empresas e instituições) que entregam o material às cooperativas ou a programas de coleta seletiva implantados por Prefeituras. Alguns catadores usam carrocinhas de tração humana ou animal para carregar o material, realizando o trabalho em condições de informalidade e muitas vezes em situação análoga ao trabalho escravo quando trabalham para depósitos. Outros separam o material diretamente nos lixões que ainda continuam em operação em inúmeras cidades. Nas cooperativas, as formas de coleta diferem, dependendo do grau de estruturação e do apoio de parceiros públicos e privados. Algumas realizam coleta mecanizada, com

¹⁵ A taxa de reciclagem passou entre 1980 e 2008 de 1% a 13%, permanecendo num patamar significativamente mais alto do que a maioria dos países da América Latina, porém mais baixo que as dos países europeus.

caminhões ou carroças motorizadas, e outras continuam fazendo coleta mediante tração humana.

A catação de materiais recicláveis é uma atividade desprotegida, exercida em grande medida em condições de precariedade e insalubridade extremas, que paradoxalmente atende uma indústria de alto desenvolvimento tecnológico e lucratividade. Os principais riscos associados à atividade são sanitários (doenças por contato com materiais contaminados ou perigosos, ou por exposição a vetores transmissores de doenças como ratos e moscas), ergonômicos (sobrecarga de trabalho, postura inadequada, carregamento de peso), cortes, atropelamentos, exposição a violência física e moral, dentre outros. Também existe um desgaste psicológico pelo forte estigma que a figura do catador continua carregando, principalmente nos catadores que trabalham na rua ou nos lixões, mas que está também presente nos que trabalham em cooperativas.

Nos últimos 15 anos, o contexto institucional e jurídico que envolve a atividade dos catadores se transformou significativamente. Diversos instrumentos legais foram conquistados, em grande medida como resultado da capacidade de mobilização e pressão do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis/MNCR, criado em 2001. O primeiro passo foi o reconhecimento da profissão de catador no Cadastro Brasileiro de Ocupações em 2002. Em 2003 foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo (que em 2010 adotou a nomenclatura reivindicada pelo MNCR “catadores de materiais recicláveis”). Em 2007 a Lei de Saneamento significou uma melhoria nas condições de participação das cooperativas na coleta seletiva de resíduos sólidos dos municípios brasileiros, já que habilitou as Prefeituras a contratar sem necessidade de licitação. Por último, a conquista mais significativa, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua regulamentação em 2010, deram um lugar de protagonismo às cooperativas e associações de catadores de baixa renda na gestão integrada de resíduos sólidos municipais.

De forma paralela aos avanços legais e institucionais, o Estado desenvolveu políticas públicas de apoio aos catadores, com investimentos significativos em capacitação e estruturação das cooperativas. Dados do IPEA (2012) indicam que entre 2007 e 2010 foram introduzidos mais de R\$ 280 milhões no segmento, mediante recursos provenientes de diferentes

órgãos e instituições do Governo Federal¹⁶. Dentre os projetos financiados, a maioria objetivou a construção de galpões, aquisição de equipamentos, capacitação de catadores e subsídios a programas municipais de gestão de resíduos com inclusão dos catadores.

Em termos gerais, estes instrumentos melhoraram o contexto de atuação das organizações de catadores e valorizaram a profissão. Os investimentos ajudaram a incorporar tecnologia ao processo de coleta e de triagem e a capacitar os quadros de trabalhadores para uma melhor gestão e organização do trabalho. No entanto, mesmo com estímulos, as cooperativas continuam enfrentando dificuldades e desafios. Seguindo dados de PANGEA¹⁷ (2006) mais de 60 % das cooperativas apresentam baixa eficiência na coleta e comercialização de materiais recicláveis.

Com especificidades derivadas dos contextos específicos presentes em cada Estado ou região do país, e das diferentes configurações de atores e estruturas do mercado de recicláveis, o trabalho em cooperativas desencadeia transformações significativas nas relações sociais e na dinâmica de trabalho dos catadores. Em primeiro lugar porque surgem tarefas e atividades como resultado da maior escala e complexidade das mesmas, como o trabalho com equipamentos de beneficiamento de material reciclável (prensa, balança, empilhadeira), atividades de planejamento e organização do trabalho, gestão financeira e administrativa, captação de doadores, dentre outras. Começa a existir uma divisão do trabalho que transforma o exercício do trabalho e as relações entre catadores, se comparadas ao trabalho desempenhado na rua ou nos lixões.

A relação com os geradores do resíduo também se modifica, ou seja, com as residências, comércios e empresas que separam o material reciclável para entregar aos catadores das cooperativas. Isto supõe uma transformação fundamental porque na rua ou no lixão os catadores procuravam os materiais no resíduo já descartado. Tinham que “mexer no lixo”, ficando em contato com a sujeira e com materiais em estado de decomposição. Como veremos depois, esta mudança constitui um dos elementos mais valorizados pelos catadores das cooperativas, conferindo

¹⁶ Fundação Banco do Brasil, Ministério das Cidades, Petrobras, BNDES, FUNASA, entre outras (IPEA, 2012).

¹⁷ Centro de Estudos Socioambientais, OSCIP com sede no Estado da Bahia dedicada à educação ambiental e pesquisa na área de desenvolvimento sustentável. Envolvida na execução de projetos de apoio a cooperativas de catadores (www.pangea.org.br).

dignidade ao seu trabalho. Mas é uma fonte de tensão também, na medida em que demanda a interação com o “povo da rua” que às vezes respeita e valoriza o catador e às vezes o humilha e degrada. A rua constitui o espaço que os coloca frente a frente com as alteridades que ajudam a defini-los, projetando tanto imagens positivas quanto negativas. Essas imagens contribuem para conformar a auto-definição e a identidade dos catadores, como a resposta de um “espelho” (BERGER e LUCKMANN, 1998). Esta categoria genérica identificada como o “povo da rua” não é homogênea, está integrada por vários subgrupos, que confrontam o catador: os vizinhos que separam e doam o material reciclável, os automobilistas e transeuntes que disputam a rua com ele e seu carrinho, os outros catadores, entre outros.

A rua enfrenta o catador às categorias e representações vigentes na sociedade, que de modo geral, lhe atribuem um estatuto inferiorizado como trabalhador e como ser humano. No entanto, também pode ser o lugar em que o trabalho adquire uma conotação diferente. É geralmente o lugar da desqualificação, mas também onde potencialmente se opera uma valorização da categoria, que se expressa na atitude dos vizinhos que separam o material reciclável e esperam o catador no dia marcado, estabelecendo um vínculo que permite reverter, ainda que de forma muito restrita, a avaliação estigmatizada que recai sobre sua figura.

A relação com os compradores de material reciclável também sofre mudanças nas cooperativas, mas é a mais difícil de modificar. É pautada por um tipo de relação tradicional, que leva em conta não somente questões comerciais senão principalmente um tipo de vínculo de reciprocidade, valorizado pelos catadores por garantir uma série de práticas que os beneficiam em momentos de necessidade. Por isso, as cooperativas não conseguem romper com a tradição de vender todos os materiais a um único comprador. Mesmo sabendo que é melhor diversificar a venda para obter melhores preços se opta por vender a uma mesma pessoa, que oferece uma série de favores e concessões, como por exemplo adiantamento de dinheiro, sempre que necessário.

Por último, outra dimensão na que se produzem mudanças significativas nas cooperativas é na relação com instituições de apoio e pesquisa. Regularmente, se aproximam diversas entidades interessadas em colaborar com o empreendimento: empresas que desenvolvem programas de responsabilidade social, instituições municipais, estaduais e federais, querendo estabelecer parcerias. As cooperativas atraem a atenção da academia, de estudantes em processo de elaboração de trabalho de

conclusão de curso, de incubadoras de empreendimentos solidários que executam projetos de pesquisa e projetos de extensão, entre outras. O relacionamento com catadores de outras cooperativas, e de outros estados por intermédio do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e a participação em encontros, exposições e congressos da categoria também são frequentes nas cooperativas.

2. A experiência dos catadores da Cooperativa de Recicladores do Estado de Alagoas, COOPREL

Entre tantas mudanças, que ocorre com a experiência dos catadores e suas definições enquanto trabalhadores? A seguir, apresentamos resultados extraídos da análise de dez entrevistas realizadas entre Junho e Setembro de 2010¹⁸ com catadores da Cooperativa de Recicladores do Estado de Alagoas (COOPREL). Esta cooperativa chamou a atenção pelas circunstâncias em que foi fundada, por ex-funcionários de uma entidade da Prefeitura da capital que foram demitidos repentinamente das suas funções em 2004. Um grupo reivindicou ajuda para a criação do empreendimento como alternativa de geração de emprego e renda, conseguindo a instalação num galpão alugado pela Prefeitura e a compra de carroças de tração humana para realizar a coleta. A partir desse momento a COOPREL vem funcionando de forma ininterrompida na zona alta da cidade de Maceió, no Tabuleiro dos Martins, fazendo coleta de materiais recicláveis em residências, comércios e empresas da região.

2.1.1 Precariedade, estigmatização e proteção de proximidade

A maioria dos entrevistados apresenta biografias altamente fragmentadas e instáveis, tanto no que refere a sua inserção laboral quanto a outros vínculos de pertencimento e solidariedade. Suas trajetórias mostram alternância entre atividades formalizadas e protegidas, ocupações precárias no setor informal e períodos de desocupação e sub-ocupação. Como consequência, as redes de proteção social institucionalizadas, baseadas em condições estáveis de trabalho, não os beneficiam. Tampouco as redes

¹⁸Foi realizada uma entrevista coletiva com cinco catadores, e nove entrevistas individuais com trabalhadores de diferentes antiguidades na cooperativa, idades e sexo.

informais de proteção, que aportam um resguardo mínimo contra ameaças e riscos sociais, pelo pertencimento a grupos de proximidade. A privação material e a precariedade extrema pautam as condições de vida destes trabalhadores, que moram em favelas localizadas em zonas periféricas da cidade, sem serviços públicos básicos e em situação habitacional muito degradada¹⁹.

As entrevistas realizadas na COOPREL mostram, de forma geral, discursos que alternam entre imagens que representam a cooperativa como uma família, onde a sociabilidade constitui um dos elementos fundamentais das interações cotidianas e imagens muito negativas, que a descrevem como um campo de disputas e de conflitos permanentes, de desmoralizações e até de agressões verbais e físicas.

A carência de referentes simbólicos que proporcionem uma base sobre a qual afirmar a identidade, perpassa os discursos da maior parte dos cooperados. Não existe um pertencimento que atue como mediação de uma integração, ainda que precária, construída em termos positivos. A desvalorização social da categoria “catador”, que se traduz em situações frequentes de humilhação e violência simbólica sofridas na rua, além da ausência de proteções sociais e da baixa retribuição econômica que supõe a atividade, reduz as possibilidades de apropriação dessa experiência e de articulação numa iniciativa coletiva.

Assim, o trabalho na cooperativa se transforma no último recurso disponível para esses segmentos populacionais aos que só restam ocupações que supõem ainda piores condições de trabalho, na rua ou em outros trabalhos extremamente desgastantes do ponto de vista físico²⁰. A cooperativa se constitui num “refúgio” com tudo o que a imagem de um refúgio evoca de positivo, como lugar onde se encontra asilo, acolhida,

¹⁹Esta situação degradada entre catadores de cooperativas apresenta um quadro ainda pior no caso dos catadores de rua. Uma pesquisa com 94 catadores realizada em 2011 a partir de uma amostra de depósitos da cidade de Maceió revela que uma grande proporção dos catadores vive em situação de rua (13%) ou em moradias com alta densidade habitacional, ou seja, com mais de 2 pessoas por cômodo (28%). Estas informações foram levantadas no *Diagnóstico socioeconômico dos catadores de materiais recicláveis de Maceió*, realizado no marco do convênio entre o CEASB e o Fundo Nacional de Meio Ambiente.

²⁰No caso dos catadores de rua, também aparece a ideia do trabalho como última alternativa de sobrevivência. “É melhor ser catador do que fazer uma coisa errada”, “é o único jeito, as portas estão fechadas” são algumas das respostas dos catadores quando interrogados sobre o motivo de gostar do trabalho.

amparo, mas também de negativo, porque a necessidade de refúgio se vincula a uma situação de perigo ou risco iminente.

A permanente incerteza, tanto do ponto de vista laboral como econômico e social, a ameaça constante derivada da carência de condições para sustentar a família, as experiências extremas do ponto de vista emocional e físico marcam as histórias dos cooperados. Tudo isso tem um impacto significativo na subjetividade dos trabalhadores, que se acostumam a lidar com a instabilidade e com a precariedade sempre presentes nas suas biografias.

A maior parte dos membros da COOPREL teve que enfrentar transformações extremas, derivadas de momentos de ruptura, muitas vezes vinculados a problemas familiares, perda de parentes, episódios de violência ou de mudanças radicais. Nesse contexto, a cooperativa surge como lugar seguro e relativamente confortável de trabalho, sempre percebido, no entanto, como temporário, tanto para os mais jovens, em busca de oportunidades melhores como para os que estão na etapa final das suas trajetórias laborais.

O referencial permanente nos discursos dos cooperados e o horizonte almejado por todos é o trabalho “fichado” em “firma registrada”, com carteira assinada e direitos sociais garantidos. A cooperativa pelo contrário, é sinônimo de ausência de proteções sociais e de renda insuficiente para a manutenção da família. Mesmo assim, se considera um bom lugar de trabalho.

O processo de mobilização e organização dos catadores de resíduos sólidos no Brasil e as conquistas alcançadas nos últimos anos mediante legislação e políticas públicas não parece se materializar no cotidiano dos trabalhadores da COOPREL, pelo menos não diretamente²¹. O universo de sentido destes trabalhadores permanece alheio às dinâmicas institucionais e políticas mais amplas, centrando-se no contexto imediato de ação e na luta cotidiana pela sobrevivência.

A desqualificação e inferiorização permanente da categoria “catador” se expressa em situações de humilhação e desprezo sofridas de forma constante na rua. Por este motivo, alguns trabalhadores se negam a sair pra rua para coletar material, preferem permanecer na cooperativa, de alguma

²¹Indiretamente, a cooperativa tem sido objeto de assessoria por parte de diferentes instituições que certamente são um produto desse contexto de transformações na atividade e na visibilidade dos catadores, como o IESOL / UFAL ou Fundação Banco do Brasil.

forma ‘resguardados’ das interações que os confrontam com a imagem negativa que vem de fora ²². Na cooperativa, o trabalhador se encontra bastante mais protegido que na rua e no lixão. Trabalha com material limpo, selecionado e separado, o que atribui outro caráter ao trabalho e o diferencia de outras modalidades de catação, tanto no que refere a higiene e limpeza quanto a segurança.

2.2 Reconstruindo fragmentos: a frágil identidade dos catadores e a instrumentalização da precariedade

Um saber prático genérico sobre reciclagem é a base sobre a que se constrói a ainda frágil identificação dos catadores. Além do conjunto de competências comunicativas que permitem conseguir os materiais recicláveis necessários ao funcionamento da organização, existe outro conjunto de saberes altamente valorizado, incorporado através da experiência de trabalho. Trata-se de um conhecimento que não é adquirido por intermédio da educação em instituições formais e que constitui um requisito de ingresso para entrar na organização.

Desta forma, um elemento que configura o núcleo do que significa “ser catador” se expressa na capacidade de identificação dos diferentes materiais que possuem valor, um saber prático orientado pelo mercado que exige a familiaridade com um conjunto de classificações, códigos e terminologias que delimitam um campo semântico específico. Na cooperativa pesquisada esse conhecimento prévio é uma exigência para aceitar o ingresso de novos cooperados. A identificação dos diferentes tipos de plástico, de vidro, de metal, dentre outros materiais, que são comprados pelos intermediários é uma necessidade ditada pela rotina da cooperativa porque multiplica o valor da venda. Assim, “carina”, “plástico mole”, “plástico duro” ou “coquinho” são conceitos “nativos” que designam materiais de formas que nem sempre coincidem com a nomenclatura utilizada pela indústria. Sua presença revela a existência de um mundo intersubjetivo compartilhado pelos catadores, que pode ser interpretado como indicador de uma identificação do grupo. Este conhecimento os aproxima dos catadores de rua, enquanto que a forma de desempenhar a

²²Erving Goffman (1963) faz uma análise detalhada das estratégias e respostas dos portadores de categorias estigmatizadas em situações de “contato misto”, que constituem uma fonte de tensão, insegurança e angústia.

atividade os afasta: o catador de cooperativa não mexe diretamente no lixo, busca o contato e a comunicação direta com os geradores do resíduo para que separem na fonte. Por este motivo é comum a reclamação em relação aos catadores de rua, que rasgam os sacos de lixo, ganhando as críticas e insultos de alguns vizinhos que estendem aos catadores cooperados o mesmo tratamento e desprezo.

A escassez de referentes a partir dos quais construir uma definição afirmativa gera uma tensão que obstaculiza a consolidação de laços de pertencimento e de compromissos coletivos fortes. A condição que define a igualdade com os outros cooperados não se fundamenta em rasgos positivos, fora os anteriormente citados que definem ao que é “ser catador”. Os elementos em comum são as carências, dificuldades e sofrimentos atravessados ao longo das trajetórias de vida.

A aceitação das regras do jogo da organização aparece mais como meio para viabilizar a finalidade da mesma, que se reduz à geração de uma renda mensal para sobrevivência imediata da família, do que a um compromisso em relação ao projeto de formação da cooperativa. O vínculo se transforma numa questão puramente formal baseada na necessidade de estabelecer regras mínimas de convivência e de respeito mútuo, gerando laços sociais muito frágeis.

O comportamento dos cooperados deve ser compreendido à luz das suas trajetórias de vida, marcadas pela fragmentação e pela alternância entre momentos passageiros de relativa estabilidade e momentos de precarização extrema das condições de trabalho, sempre vinculados à elevação dos requisitos necessários para atuar no mercado. Um dos cooperados mais idosos por exemplo foi porteiro durante vinte anos com carteira assinada, seu maior orgulho é ter completado três carteiras, até que a empresa para a qual trabalhava começou a exigir primeiro grau completo e teve que ser demitido. Outro cooperado, que trabalhou numa distribuidora de alimentos, teve que abandonar o emprego depois de que o Ministério de Trabalho fiscalizasse a empresa, exigindo uma documentação com a que ele não contava, no caso o Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Neste contexto, é difícil pensar numa orientação ao estabelecimento de compromissos com os outros membros da cooperativa, porque a experiência de vida mostra permanentemente a fugacidade das relações sociais e o caráter episódico dos percursos, onde o envolvimento pode ter um custo muito alto do ponto de vista emocional e social. Como resultado, existe uma dificuldade muito grande de visualizar interesses em comum além das questões materiais imediatas, pautadas pela lógica da necessidade.

De modo geral, o comportamento estratégico dos cooperados se reduz a uma perspectiva de curto prazo, em que se valorizam os ganhos imediatos que não exigem maiores níveis de engajamento.

A maior parte dos cooperados (fora os mais antigos) atribui sua participação na cooperativa à necessidade de inserção laboral e de obtenção de uma renda mensal para sobrevivência da família. Tanto a retribuição econômica quanto as “ajudas” obtidas na coleta, que vão desde móveis, eletrodomésticos e lanches até dinheiro, formam parte dos incentivos postulados pelos cooperados como vantagens do trabalho na cooperativa. Neste sentido, a instrumentalização da identidade se manifesta na utilização da condição de precariedade como recurso em situações de interação na rua, que possibilita “ganhar coisas” que podem levar para suas casas e suas famílias.

Os interesses a serem defendidos em geral se concebem em torno da ideia de “favor”, de ajuda e não de “direitos” enquanto trabalhadores e cidadãos. Embora existam reivindicações enunciadas em termos de direitos, predominam as expectativas de retorno de ajudas e favores pontuais e de caráter assistencialista por parte dos interlocutores institucionais da cooperativa. Na maior parte dos casos, o critério a partir do qual se avaliam e mensuram as interações e os apoios, se fundamenta na sensibilidade dos outros de perceber uma situação de carência concreta. O comprador do material é considerado bom parceiro porque dá materiais para acondicionamento dos materiais recicláveis (arame e nylon) sempre que a cooperativa precisa. O ex-Presidente, mesmo atuando de forma arbitrária na distribuição dos rendimentos da venda do material era considerado bom líder porque sempre que alguém precisava, adiantava dinheiro. Colocamos estes exemplos porque mostram a prevalência de uma lógica que define as expectativas em relação aos outros como expressão de uma relação de proximidade e empatia verticalizada, que prevalece na cooperativa.

A relação com instituições externas também é descrita neste sentido, enquanto relação personalizada. Por exemplo, o gerente de um Banco federal que elaborou um projeto objetivando o fortalecimento da cooperativa através da aquisição de equipamentos é chamado por alguns cooperados de “pai da COOPREL”. O contato permanente e direto, marcado por visitas em que chegou inclusive a trabalhar junto dos cooperados, separando e prensando o material, o transformam num referente constante entre os cooperados mais antigos. A proximidade que estabeleceu a partir do contato físico e o interesse contínuo que demonstrou em distintas circunstâncias são elementos altamente valorizados da sua

figura, que o diferenciam de outras empresas, instituições e políticos que se aproximam constantemente, sem oferecer nada que se traduza em resultados práticos e tangíveis para os cooperados. Repetidamente pessoas, pesquisadores e instituições os “abandonam” ou “somem” depois de um determinado período.

Em definitiva, não se evidencia na cooperativa uma definição coletiva a partir da qual articular uma mobilização que possa disputar uma melhoria da posição relativa da mesma, num campo concorrencial que disponibiliza recursos políticos e institucionais na forma de editais e projetos de cooperação e parceria. Mesmo com uma “estrutura de oportunidades” favorável, marcada pela existência de políticas públicas de apoio à economia solidária e aos catadores de materiais recicláveis, bem como por incentivos para as empresas que executam ações de responsabilidade social, as lideranças apresentam dificuldades para identificar e articular elementos que possam operar como fatores de mobilização. Como resultado, existe uma atomização das estratégias dos cooperados, que se resumem exclusivamente a tentativas de resolução parcial e momentânea da situação de privação material à que estão submetidos.

3. Considerações finais: os desafios do cooperativismo de catadores

Os resultados apresentados mostram que a experiência de “ser catador” se vê interpelada e reconfigurada no contexto das transformações da atividade. O estímulo à organização em cooperativas e a influência de processos mais abrangentes de reconhecimento da profissão e expansão de políticas de incentivo ao segmento têm provocado mudanças importantes neste sentido, principalmente na transformação do ponto de vista das relações internas e externas e na rotina de trabalho dos catadores. Esperamos desta forma contribuir para uma reflexão mais ampla sobre o papel das políticas públicas de geração de emprego e renda como mecanismo de combate às desigualdades sociais.

Da nossa perspectiva, o cooperativismo como modelo de organização da produção e da gestão dos empreendimentos não pode ser pensado como uma receita automática e universal a ser aplicada em qualquer circunstância, esperando consequências e resultados padronizados em diferentes grupos e contextos. Existem especificidades derivadas de dinâmicas e características dos diversos tipos de atividade econômica e dos grupos em questão, que devem ser levadas em conta, principalmente

quando se trata de moldes tão estritos como os exigidos pela legislação do cooperativismo, bem como as cargas impositivas e outros custos associados.

Para realmente ter um impacto no combate às desigualdades sociais, o fomento do cooperativismo de catadores precisa ser articulado com outro tipo de medidas de regulação do mercado, buscando impactos na estrutura da cadeia produtiva da reciclagem, uma cadeia injusta que se sustenta na exploração dos catadores por intermediários que trabalham na informalidade e que dominam o mercado baixando o nível geral de preços dos materiais recicláveis. Neste sentido, nos últimos tempos, diferentes políticas e programas estão investindo no estímulo de redes de cooperativas ou cooperativas de segundo grau, com capacidade de estocar maiores volumes de materiais recicláveis, conseguindo melhores preços e negociação direta com a indústria da reciclagem. No entanto, essas redes ainda permanecem restritas a poucos locais do Brasil, congregando cooperativas com maiores níveis de organização e de profissionalização dos quadros de catadores. Um desafio futuro do ponto de vista da pesquisa será o de acompanhar de perto a evolução destas redes, com ênfase nos impactos na organização interna das cooperativas e nas experiências dos catadores.

Como balanço final é possível afirmar que, mesmo com as dificuldades e os entraves identificados na estrutura atual da cadeia da reciclagem e no funcionamento das cooperativas, a profissão de catador passou por reconfigurações significativas nos últimos anos. Mesmo seguindo um modelo que por vezes se mostra inadequado do ponto de vista da sustentabilidade dos empreendimentos, sem uma divisão justa dos custos associados aos direitos trabalhistas e à operação da coleta seletiva com outros elos da cadeia da reciclagem e com os municípios, as cooperativas têm gerado resultados positivos. Sua estrutura horizontal e de autogestão as coloca como espaços de socialização em práticas e relações mais democráticas, que num mediano e longo prazo vão contribuir na construção de experiências de ação coletiva de crescente importância no espaço público, que coloquem em pauta reivindicações por direitos e a promoção de uma crítica societária mais ampla.

Referências bibliográficas

BERGER, Peter L. **La construcción social de la realidad** / Peter L. Berger y Thomas Luckmann. -1ª ed. 21ª reimp. –Buenos Aires: Amorrortu, 2008.

CEMPRE informa N° 108. Nov-dez 2009.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, nº17, 2001. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm>

_____. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GOFFMAN, Irving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 1963

IPEA. Situação social dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis. Brasília, 2013.

_____. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. **Comunicados IPEA N° 58**. Brasília: IPEA, 2010.

KEMP, Valéria Heloisa e CRIVELLARI, Maria Tarchi (organizadoras). **Catadores na cena urbana. Construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008

PANGEA, 2006. Análise dos custos de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento de catadores de materiais recicláveis. Relatório técnico final.

STROH, Paula (Org). **Cidade, lixo e cidadania**. Maceió: EDUFAL, 2009.